

AVALIAÇÃO PSICOLÓGICA E O USO DOS TESTES EM PORTUGAL¹

doi: 10.5872/psiencia/5.2.76
© 2013 · www.psiencia.org

PSYCHOLOGICAL ASSESSMENT AND TESTING IN PORTUGAL

Recibido/Received:
28/9/2013

Aceptado/Accepted:
30/10/2013

Leandro S. Almeida, Alexandra M. Araújo, António M. Diniz

Universidade do Minho, Universidade de Évora
leandro@ie.uminho.pt

Resumo: Tomando a história recente da psicologia em Portugal, descreve-se a evolução havida na avaliação psicológica. Em particular, aponta-se que o desenvolvimento da psicometria e dos testes psicológicos foi em Portugal determinado pelas necessidades do mundo profissional, a que o mundo académico foi progressivamente respondendo. Assim, nas últimas décadas várias teses de mestrado e de doutoramento centraram-se na adaptação e validação de alguns testes internacionalmente usados. No presente momento, a avaliação da inteligência e a avaliação psicológica na infância e na adolescência encontram-se melhor servidas pelo número e diversidade de testes psicológicos, comparativamente com a avaliação da personalidade e a avaliação psicológica do adulto. Finalmente, apontam-se algumas necessidades sentidas pelos psicólogos portugueses em matéria da avaliação psicológica, por exemplo a falta de algumas provas internacionais validadas ou também a falta de estudos de validação de determinadas provas em uso para subgrupos minoritários na sociedade portuguesa.

Palavras-chave: Avaliação psicológica – Testes psicológicos – Psicologia em Portugal – Validação de testes

Abstract: Based on the recent history of psychology in Portugal, we describe the evolution that has occurred in psychological assessment. We specifically highlight that the development of psychometry and psychological testing in Portugal was determined by the needs of professionals, to which scholars progressively attended. As a result, in the past decades various master and doctoral thesis focused on the adaptation and validation of internationally used tests. At the present moment, intelligence assessment and the psychological assessment of children and adolescents are better served by the number and diversity of existing tests, compared to personality assessment and the assessment of adults. Finally, we describe some needs perceived by Portuguese psychologists regarding psychological assessment, including the lack of validation studies of international tests or of tests used with minority groups in the Portuguese society.

Keywords: Psychological assessment – Psychological tests – Psychology in Portugal – Test validation

EVALUACIÓN PSICOLÓGICA Y USO DE TESTES EN PORTUGAL

Resumen: Tomando la historia reciente de la psicología en Portugal, se describe la evolución que tuvo lugar en el campo de la evaluación psicológica. En particular, se señala que el desarrollo de la psicometría y tests psicológicos en Portugal fue determinado por las necesidades del mundo profesional, al que los investigadores más fueron progresivamente abordando. Así, en las últimas décadas varias tesis de maestría y doctorado se centraron en la adaptación y validación de algunas tests que se utilizan a nivel internacional. En la actualidad, la evaluación de la inteligencia y de la infancia y adolescencia tiene mejores perspectivas por el número y la diversidad de tests psicológicos, en comparación con la evaluación de la personalidad y la evaluación en adultos. Por último, se señalan algunas de las necesidades percibidas por los psicólogos portugueses en el campo de la evaluación psicológica, por ejemplo, la falta validación de algunos tests internacionales o incluso la falta de estudios de validación de determinados test de uso para los grupos minoritarios de la sociedad portuguesa.

Palabras clave: Evaluación psicológica – Tests psicológicos – Psicología en Portugal – Validación de tests

Este trabalho foi apoiado através da atribuição de uma bolsa de investigação pós-doutoral à segunda autora, pela Fundação para a Ciência e Tecnologia de Portugal (SFRH/BPD/85856/2012).

¹ Este artículo fue presentado oralmente en el simposio "Uso de tests en Iberoamérica. Situación actual y proyectos de mejora" coordinado por la Dra. Paula Elosua en el XXXIV Congreso Interamericano de Psicología (Brasilia, julio de 2013).

INTRODUÇÃO

Contrariamente aos demais países europeus, o ensino universitário da psicologia surge tardiamente em Portugal. A graduação em psicologia pelas Universidades Públicas em Portugal iniciou-se apenas em 1975/76, após a revolução democrática de 25 de abril de 1974. Assim se explica algum atraso na consolidação da psicologia como área de pesquisa, de formação e de exercício profissional, com reflexos em várias das suas especificações e campos de especialidade, incluindo a área da avaliação psicológica. Esta situação merece ser apontada pois, não tendo acompanhado de perto o momento áureo da psicometria (até aos anos 70 do século passado), a afirmação da psicologia em Portugal surge quando já se verifica algum descontentamento e crítica relativamente à psicometria e aos testes psicológicos, inclusive no seio da própria psicologia. Em consonância, as primeiras gerações de psicólogos são formadas por docentes académicos pouco preparados em psicometria e, de uma maneira geral, pouco favoráveis ao método dos testes. Este sentimento permanece atualmente, estando mais presente nos docentes universitários que nos profissionais, o que em parte explica o fraco envolvimento dos académicos na adaptação à população portuguesa de testes psicológicos usados internacionalmente. Esta situação apenas se alterou com a chegada dos psicólogos ao mercado de trabalho (nos domínios da educação, saúde, clínica, organizações e trabalho) e com a necessidade sentida de instrumentos fiáveis e válidos para conduzirem as avaliações psicológicas que lhes eram solicitadas. Nesta altura, algumas teses de mestrado e de doutoramento tomaram a construção e a adaptação de testes psicológicos como tema central, e já na década de 80 do século passado surgiram alguns estudos de psicometria e de provas psicológicas validadas para Portugal (e.g., Almeida, 1986; Miranda, 1983). O desenvolvimento da psicometria e da formação dos psicólogos na avaliação psicológica foi ocorrendo, assim, ao longo das duas últimas décadas em Portugal, muito em função das necessidades da prática profissional como foi sendo demonstrado em sucessivas auscultações dos psicólogos portugueses (Almeida, & Cruz, 1988; Almeida, Prieto, Muñiz, & Bartram, 1998; Diniz, Almeida, & Pais, 2007).

O doutoramento na especialidade de avaliação psicológica, pela Universidade de Coimbra, pode

exemplificar este desenvolvimento. Em 2003 funcionou nesta Universidade o Mestrado em Avaliação Psicológica, tendo as dissertações de mestradados se centrado na adaptação e validação de instrumentos de avaliação (e.g., inteligência, personalidade, psicopatologia, funções neurocognitivas como a atenção ou a memória, escalas de avaliação do comportamento preenchidas por pais e professores), o estudo do funcionamento de algumas provas psicológicas junto de populações específicas (e.g., reclusos, militares, crianças em idade pré-escolar e adultos idosos) ou a sua utilização em determinados campos da prática psicológica (e.g., dificuldades de aprendizagem, sobredotação, deficiência mental, autismo, maus tratos, abuso sexual, perturbação bipolar, traumatismos crânio-encefálicos, epilepsia, tumores cerebrais). No quadro já do programa de doutoramento, também as teses defendidas versaram a adaptação, validação e normalização de instrumentos como a Bateria de Avaliação Neuropsicológica de Coimbra (BANC, 16 testes) e instrumentos de avaliação funcional (IAFAI), capacidade financeira e testamentária (IACFin), qualidade de vida (WHO-QOL-OLD), rastreio cognitivo (MoCA, ACE-R), inteligência pré-mórbida (TeLPI), memória (WMS-III, CANTAB Alzheimer), personalidade (EPQ-R), e sintomas psicopatológicos em populações com condições clínicas distintas (Declínio Cognitivo Ligeiro, Doença de Alzheimer, Demência Frontotemporal, Demência Vascular). Em síntese, e sobretudo na área das capacidades intelectuais e do funcionamento cognitivo, várias provas psicológicas internacionais foram estudadas e validadas para Portugal através de teses defendidas na Universidade de Coimbra (e.g., MPCR, WISC-III, WPPSI-R).

O desenvolvimento da avaliação psicológica, que não apenas na Universidade de Coimbra, passou bastante pela renovação do corpo docente das universidades, pela pressão dos profissionais da psicologia e dos organismos associativos da psicologia para estudos na área da validação de provas psicológicas, e pela aceitação nos meios académicos de teses de doutoramento e de mestrado circunscritas à construção, adaptação e validação de provas psicológicas. As próprias agências de financiamento da pesquisa aceitaram financiar alguns projetos centrados na adaptação e validação de provas psicológicas, aceitando a justificação da necessidade das mesmas provas para se fazer avançar a investigação básica e aplicada em Psicologia.

Testes disponíveis em Portugal

Podemos fazer uma aproximação à situação dos testes psicológicos em Portugal, nomeadamente aqueles que estão devidamente validados para a população portuguesa, tomando a evolução havida na psicometria e nas provas mais usadas internacionalmente. A situação não se apresenta igualmente distribuída por todos os campos da psicologia, podendo afirmar-se que existem mais provas validadas na área da inteligência que na área da personalidade, ou que estão melhor servidos por tais provas os psicólogos escolares que os psicólogos clínicos ou da saúde. Importa destacar que estas lacunas também não são compensadas por formas alternativas de avaliação psicológica (e.g., entrevistas, observação naturalista), dada a escassez de grelhas de entrevista ou de observação de condutas que suportem tecnicamente estas vias mais informais de avaliação psicológica.

Especificando um pouco mais, na área da inteligência e das aptidões cognitivas, podemos considerar bastante satisfatória a situação portuguesa. A par de algumas provas criadas de raiz para a infância e a adolescência (BPRD - Bateria de Provas de Raciocínio Diferencial – Almeida, 1986; ECCOs – Escala de Competências Cognitivas – Almeida & Brito, 1998), algumas delas também estudadas no Brasil e em países africanos de língua portuguesa, estão disponíveis testes internacionalmente referenciados para a avaliação das habilidades cognitivas.

A título de exemplo, incluem-se aqui versões recentes, mesmo que não as últimas revisões, das escalas de Wechsler (WPPSI-R, WISC-III e WAIS-III) (Rocha, Ferreira, Barrete, Moreira, & Machado, 2008; Seabra-Santos, & Ferreira, 2003; Simões, & Ferreira, 2003) e a versão infantil das Matrizes Progressivas de Raven (Simões, 1995). No domínio das aptidões podemos mencionar a bateria PMA de Thurstone ou a GATB do Serviço de Emprego nos Estados Unidos (Pinto, 1992, 1998); assim como algumas provas específicas de atenção e de memória, por exemplo o Teste de Cópia de Figuras Complexas de Rey (Rey, 2002) ou o Montreal Cognitive Assessment (MoCA; Simões, Freitas, Santana, Firmino, Martins, Nasreddine, & Vilar, 2008), ou inclusive o Teste de Pensamento Criativo de Torrance (Azevedo, 2007).

A situação mais deficitária de testes psicológicos, a nosso ver, prende-se com a área da personalidade, sentindo-se a falta de algumas provas

objetivas (e.g., MMPI, Minnesota Multiphasic Personality Inventory; MCMI, Millon Clinical Multiaxial Inventory; SCL-90, Symptom Checklist) e projetivas (Rorschach ou TAT), referenciadas internacionalmente. De entre os testes internacionais validados para Portugal no domínio da personalidade podemos apontar a segunda edição do Inventário de Depressão de Beck (BDI -II; Beck, Steer, & Brown, 1996; Oliveira-Brochado, Simões, & Paúl, 2013), a forma revista do Questionário de Personalidade de Eysenck (EP Q-R; Almiro, 2013; Eysenck, Eysenck, & Barrett, 1985) ou o NEO-PI-R (Costa, & McCrae, 1992; Lima, & Simoes, 1997).

Com base nas provas descritas, podemos ainda afirmar que os psicólogos portugueses estão melhor servidos em termos de provas psicológicas para a infância e a adolescência, do que para a idade adulta, faltando também algumas provas de referência na psicologia clínica e psicologia da justiça para a avaliação da personalidade. Na seleção profissional (psicologia do trabalho ou das organizações) a situação pode ser mais difícil de descrever, pois as empresas com atividade no campo do recrutamento e seleção profissional recorrem às suas próprias provas e métodos de avaliação, nem sempre partilhando com os académicos e os profissionais para evitarem a divulgação de tais recursos.

Um domínio em que o envolvimento dos académicos foi decisivo para o desenvolvimento de provas psicológicas ocorreu no campo da orientação vocacional e do desenvolvimento da carreira. Podemos mencionar a adaptação de provas internacionais de avaliação das aptidões, dos valores, dos interesses, da maturidade da carreira, da exploração vocacional e da indecisão vocacional, bem como da autoeficácia de carreira e de processos motivacionais envolvidos na tomada de decisão vocacional (Leitão, 2004).

A título de exemplo, refiram-se os estudos realizados em Portugal com a Bateria de Testes de Aptidões GATB (General Aptitude Test Battery; Pinto, 1992, 1998), a versão portuguesa do JVIS - Jackson Vocational Interest Survey (Teixeira, 1997), o desenvolvimento e validação de um questionário de interesses vocacionais com base no modelo teórico RIASEC de Holland (Silva, 2006), e a adaptação e validação do Career Exploration Survey, adaptado por Taveira (1997). Estes instrumentos, entre outros, têm desempenhado um papel relevante no apoio à prática da orientação escolar e profissional em Portugal.

Necessidades sentidas

Inquéritos conduzidos juntos dos psicólogos portugueses apontam várias dificuldades, e outras tantas necessidades, no campo da avaliação psicológica (Diniz, Almeida, & Pais, 2007; Mendes, Abreu-Lima, & Almeida, 2013). Por exemplo, sendo Portugal um país com crescente diversidade cultural, não existem estudos sobre o funcionamento dos testes psicológicos disponíveis junto de grupos culturais e étnicos minoritários. Da mesma forma, as amostras nacionais constituídas, mesmo afirmando-se representativas, geralmente não incluem sujeitos portadores de alguma deficiência ou perturbação, dificultando depois o uso das normas junto destes grupos específicos da população (falamos aqui de estudos normativos dos testes e não de estudos conduzidos sobre o seu uso junto de grupos clínicos). Esta situação dificulta a avaliação psicológica em contexto escolar de uma criança de etnia cigana ou afrodescendente, assim como de algum aluno portador de deficiência ou sobredotação intelectual. Outro exemplo de dificuldade encontrada a este nível verifica-se quando um psicólogo da justiça necessita de emitir um parecer sobre o grau de maturidade para o exercício da parentalidade por parte de um adulto pertencente a um grupo étnico minoritário.

Outras dificuldades são igualmente apontadas. Por exemplo, sente-se a falta de atualizações nos testes disponíveis (por exemplo, alguns testes em uso não têm validadas as suas versões mais recentes) ou, ainda, a fraca preocupação com a equivalência cultural e de constructo de algumas provas traduzidas para a língua portuguesa (Almeida, Diniz, Pais, & Guisande, 2006). Da mesma forma, apontam-se lacunas na formação académica recebida ou a falta de oportunidades para uma formação contínua, já como profissionais, na área da avaliação psicológica. Esta formação é tanto mais necessária quando nem sempre o psicólogo encontra trabalho na área em que mais incidiu a sua formação académica (muitos, enquanto alunos, fazem opções curriculares e estágios na área da psicologia clínica e da saúde, apesar de no futuro virem depois a intervir nas áreas socioeducativas). A título de exemplo, no estudo mais recente junto de uma amostra de psicólogos escolares portugueses, essa necessidade era mencionada por 34% dos inquiridos, aparecendo em segundo lugar (logo a seguir à formação na área das “dificuldades de aprendizagem”), como domínio de formação mais valorizado. Entre os participantes

que manifestaram necessidades de formação no domínio da avaliação, foi frequentemente encontrada a referência à “atualização”, “reciclagem” e “contacto com novos instrumentos” (Mendes, Abreu-Lima, & Almeida, 2013).

Finalmente, aponta-se a falta de orientações técnicas e éticas na realização da avaliação psicológica, em boa parte extensíveis a toda a investigação e exercício profissional da psicologia. De referir, por exemplo, a criação muito recente da Ordem dos Psicólogos (noutros países Conselho ou Colégio), mais concretamente em julho de 2008. Também não estão suficientemente divulgadas (e consultadas) as diretrizes de organismos internacionais sobre a adaptação de provas (AERA, APA, & NCMEA, 1999).

Futuros desenvolvimentos

Partindo de algumas dificuldades assinaladas pelos psicólogos portugueses (e.g., uso de provas não suficientemente validadas para a população portuguesa, movimento contrário aos testes nalguns ambientes académicos de formação, falta de estudos sobre a validade empírica dos testes nos contextos de prática profissional, falta de estudos de validação dos testes junto de grupos específicos da população ou insuficiente aprofundamento e validação de meios de avaliação psicológica alternativos aos testes mais tradicionais) podemos elencar algumas pistas para o desenvolvimento futuro da avaliação psicológica em Portugal. Desde logo, defendendo-se que a avaliação psicológica não se deve justificar por si mesma, os testes usados devem ter suficiente validade ecológica para informar sobre os problemas em análise ou as decisões a tomar em cada situação de avaliação psicológica (Almeida, Simões, Machado, & Gonçalves, 2008). Hoje, os métodos de análise estatística têm assegurado mais a confiança e a dimensionalidade teórica dos constructos avaliados do que a real relevância da informação obtida para a prática psicológica (validade externa). Por outro lado, a avaliação psicológica, não prescindindo de boas técnicas de recolha de informação, requer obviamente a mão competente do próprio psicólogo. Neste sentido, importa criar condições para que os psicólogos portugueses realizem formação especializada na área da avaliação psicológica em geral e para o manuseio de determinadas técnicas ou metodologias, ou ainda para o estudo aprofundado de determinados problemas

ou avaliações específicas (Mendes, Abreu-Lima, & Almeida, 2013).

A participação de psicólogos portugueses e seus representantes em estruturas e organismos internacionais de avaliação psicológica (por exemplo, na ITC - International Test Commission ou na EFPA - European Federation of Psychologists' Associations), assim como a sua presença em eventos de Espanha e dos Países da América Central e do Sul, aproveitando a proximidade linguística e cultural existente (veja-se a Associação Iberoamericana de Diagnóstico e Avaliação Psicológica), merecem destaque. Esta presença reflete-se na organização conjunta de reuniões científicas regulares e na edição das respetivas actas ou proceedings, proporcionando uma interação interessante de investigadores, docentes universitários e profissionais da prática psicológica de diversos países. De acrescentar a publicação da revista Laboratório de Psicologia e a edição periódica de um volume da série "Avaliação Psicológica: Instrumentos validados para a população portuguesa", mais recentemente designada "Instrumentos e contextos de avaliação psicológica" (Almeida, Simões, & Gonçalves, 2013), dando conta dos estudos de validação e normativos de testes para a população portuguesa, assim como informação específica relativa à sua utilização em contextos profissionais.

A participação dos docentes universitários na adaptação e validação de novas provas psicológicas, ou das versões atualizadas dos testes em uso, nas suas áreas de ensino ou de pesquisa deve ser incentivada. Estudos inerentes a teses de mestrado e de doutoramento podem servir este objetivo. Não bastando boas provas psicológicas para uma avaliação psicológica, também não é possível esta avaliação fazer-se sem recursos técnicos adequados. A Ordem dos Psicólogos e as Editoras de testes têm aqui uma parte importante de responsabilidade, por exemplo investindo mais na atualização dos testes psicológicos disponíveis. Finalmente, a formação especializada dos psicólogos na área da avaliação não pode ser descurada. A avaliação psicológica pressupõe a análise prévia do pedido e situação justificativa da avaliação, assim como a ponderação competente dos recursos mais ajustados e disponíveis. A utilização consciente das provas e a rentabilização quantitativa e qualitativa dos seus resultados é outro ponto a justificar a formação dos psicólogos, assim como a síntese da informação recolhida e a comunicação dos resultados. A avaliação psico-

lógica requer, como se depreende, um conjunto vasto de competências técnicas e éticas por parte do psicólogo, importando associar o seu sentido de responsabilidade à existência efetiva de oportunidades de formação especializada na área da avaliação psicológica, ponto em que a Ordem dos Psicólogos e as Universidades podem convergir na definição do âmbito e metodologia dessa formação.

REFERÊNCIAS

- Almeida, L. S. (1986). *Bateria de Provas de Raciocínio Diferencial: Manual*. Porto: Universidade do Porto, Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação.
- Almeida, L. S. & Brito, L. (1998). *Escala de Competências Cognitivas (ECCO-4/7)*. Braga: Universidade do Minho.
- Almeida, L. S., & Cruz, O. M. S. R. (1988). O uso dos testes como revelador de modelos de prática psicológica: Estudo junto dos psicólogos portugueses. *Psicologia: Teoria e Pesquisa*, 4, 207-224.
- Almeida, L. S., Diniz, A. M., Pais, L. G., & Guisande, M. A. (2006). A avaliação psicológica na prática dos psicólogos: As provas psicológicas usadas em Portugal. En C. Machado, L. S. Almeida, M. A. Guisande, M. Gonçalves, & V. Ramalho (Eds.), *Actas da XI Conferência Internacional "Avaliação Psicológica: Formas e Contextos"* (pp. 1091-1097). Braga: Psiquilíbrios.
- Almeida, L. S., Prieto, G., Muñoz, J., & Bartram, D. (1998). O uso dos testes em Portugal, Espanha e países iberoamericanos. *Psychologica*, 20, 27-40.
- Almeida, L. S., Simões, M. R., & Gonçalves, M. M. (Eds.) (2013). *Instrumentos e contextos de avaliação psicológica*. Coimbra: Livraria Almedina.
- Almeida, L. S., Simões, M. R., Machado, C., & Gonçalves, M. M. (2008). Prefácio. En L. S. Almeida, M. R. Simões, C. Machado, & M. M. Gonçalves (Eds.), *Avaliação Psicológica: Instrumentos validados para a população portuguesa*. Coimbra: Quarteto.
- Almiro, P.A. (2013). *Adaptação, validação e aferição do EPQ-R para a população portuguesa: Estudos em contextos clínico, forense e na comunidade*. Tese de Doutoramento. Coimbra: Faculdade de Psicologia e de Ciências da Edu-

- cação, Universidade de Coimbra.
- American Educational Research Association, American Psychological Association, & National Council on Measurement in Education (1999). *Standards for Educational and Psychological Testing*. Washington: American Psychological Association.
- Azevedo, I. (2007). *Criatividade e percurso escolar: Um estudo com jovens do Ensino Básico*. Dissertação de doutoramento apresentada à Universidade do Minho. Braga: Universidade do Minho.
- Beck, A. T., Steer, R. A., & Brown, G. K. (1996). *Manual for the Beck Depression Inventory-II*. San Antonio: Psychological Corporation.
- Costa, P., & McCrae, R. (1992). *Revised NEO Personality Inventory (NEO-PI-R) and NEO Five-factor Inventory (NEO-FFI): Professional manual*. Odessa: Psychological Assessment Resources Inc.
- Diniz, A. M., Almeida, L. S., & Pais, L. G. (2007). Contextos profissionais e práticas de avaliação psicológica: Inquérito aos psicólogos portugueses. *Psico-USF*, 12, 1-12.
- Eysenck, S. B. G., Eysenck, H. J., & Barrett, P. (1985). A revised version of the psychoticism scale. *Personality and Individual Differences*, 6, 21-29.
- Leitão, L. M. (Coord.) (2004). *Avaliação psicológica em orientação escolar e profissional*. Coimbra: Quarteto.
- Lima, M. P., & Simoes, A. (1997). O Inventário da Personalidade NEO-PI-R: Resultados da aferição portuguesa. *Psicologica*, 18, 25-46.
- Mendes, S.A., Abreu-Lima, I., & Almeida, L.S. (2013). *Psicólogos escolares em Portugal: Perfil e necessidades de formação*. Comunicação oral apresentada no XII Congresso Internacional Galego-Português de Psicopedagogia. Braga: Universidade do Minho.
- Miranda, M. J. (1983). *Manual da Escala Colectiva de Nível Intelectual (E.C.N.I.): Aferição para Portugal*. Lisboa: INIC.
- Oliveira-Brochado, F., Simões, M. R., & Paúl, C. (2013). Inventário de Depressão de Beck (BDI-II). En L. S. Almeida, M. R. Simões, & M. M. Gonçalves (Eds.), *Instrumentos e contextos de avaliação psicológica*. Coimbra: Livraria Almedina.
- Pinto, H. R. (1992). *A Bateria de Testes de Aptidões GATB e a orientação da carreira em contexto educativo*. Dissertação de doutoramento. Lisboa: Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação, Universidade de Lisboa.
- Pinto, H. R. (1998). A adaptação portuguesa da Bateria de Testes de Aptidões GATB. *Revista Iberoamericana de Diagnóstico e Avaliação Psicológica*, 4, 61-67.
- Rocha, A., Ferreira, C., Barrete, H., Moreira, A. & Machado, M. (2008). *WAIS-III, Escala de Inteligência do Wechsler para Adultos*. Lisboa: CEGOC.
- Seabra-Santos, M., & Ferreira, C. (2003). *Manual da Escala de Inteligência de Wechsler para a idade pré-escolar e primária, Edição revista*. Lisboa: CEGOC.
- Rey, A. (2002). *Teste de Cópia de Figuras Complexas: Manual [adaptação de A. Menezes Rocha e Alexandra Coelho]*. Lisboa: CEGOC.
- Silva, J. M. T. (2006). Análise psicométrica de um questionário de interesses vocacionais baseado na teoria de Holland. *Psicologia e Educação*, 5, 77-88.
- Simões, M. (1995). O Teste das Matrizes Progressivas Coloridas de Raven. In L. Almeida, M. Simões, & M. Gonçalves (Eds.), *Provas Psicológicas em Portugal*. Braga: APPORT.
- Simões, M. R., & Ferreira, C. (2003). *WISC-III: Escala de Inteligência de Wechsler para Crianças*. Manual. Lisboa: CEGOC.
- Simões, M. R., Freitas, S., Santana, I., Firmino, H., Martins, C., Nasreddine, Z., & Vilar, M. (2008). *Montreal Cognitive Assessment (MoCA): Versão final portuguesa*. Coimbra: Serviço de Avaliação Psicológica, Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação, Universidade de Coimbra.
- Taveira, M. C. (1997). *Exploração e desenvolvimento vocacional de jovens. Estudo sobre as relações entre a exploração, a identidade e a indecisão vocacional*. Tese de doutoramento. Braga: Universidade do Minho.
- Teixeira, M. O. (1997). Adaptação do inventário de interesses vocacionais JVIS. En M. M. Gonçalves, I. Ribeiro, S. Araújo, C. Machado, L. S. Almeida, & M. Simões (Eds.), *Atas da Conferência Internacional "Avaliação Psicológica: Formas e Contextos"* (Vol. V, pp. 299-312). Braga: APPORT.